

ATA N° 06/2008

DATA: 13/09/2008

INÍCIO: 09:50 hs

A reunião ordinária foi aberta e presidida pelo Sr. Amauri Motta. A mesa diretora ainda foi composta pelo Sr. Norton Gianuca, vice-presidente.

Para secretariar a reunião, foi indicado pelo Paulo Cesar e aceito por todos, Sr. Luiz Sobreiro.

A pauta da reunião foi a discussão e aprovação dos Termos de Referência – TR do estudo a cerca da definição da dimensão da Estação Ecológica do Taim.

A reunião começou com as comunicações feitas pelo presidente, a saber;

A – Ofício n° 76/2008-R da UCP, indicando como seus representantes no Conselho os professores:

- Titular – Rafael Antunes Dias
- Suplente – Marcelo Dutra da Silva

B – Ofício 16/09 do Sindicato Rural de Rio Grande, indicando os seguintes representantes;

- Titular – Med. Vet. Eduardo Braga Cardoso
- Suplente – Ronaldo Z. de Oliveira

C – Portaria 1668/2008 da FURG, indicando como seus representantes, os professores;

- Titular – Cleber Palma Silva
- Suplente – Paulo Roberto Tagliani

D – Carta do Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande, indicando seus representantes;

- Titular – Paulo Francisco Arruda
- Suplente – Valdirene Rolan Cabreira

Finalizadas as comunicações, foi lida e aprovada pelo plenário, a ATA da reunião anterior. Paulo Arruda parabeniza pela qualidade da Ata.

Dando continuidade, Amauri comunica que a falta de energia elétrica e que por esta razão não será possível utilizar recursos audiovisuais na reunião.

Amauri manifestou que o Ministério do Meio Ambiente, solicitou celebração na aprovação do TR. Na sua visão, o grande desafio do conselho será definir o escopo do trabalho. Manifesta que institucionalmente, o ICMBio, aguarda pela elaboração deste escopo. A intenção do ICMBio é que o projeto defina a área da Estação. Da área proposta, 33000 ha, aproximadamente, 5000 ha são áreas de lagoa, e portanto, não são áreas de desapropriação.

Também existem áreas adquiridas e não participantes do decreto de 1986, que o Amauri preferiu não quantificar, neste momento. Neste tema, Amauri lembrou que as áreas a serem incluídas ou excluídas serão definidas no andamento do trabalho. Amauri também se manifesta sobre a não relevância na definição do título a ser utilizado no projeto “Ampliação...” ou “consolidação...”. Esta discussão fica para depois, pois o desafio atual é ser eficiente na elaboração do TR.

Paulo Arruda parabeniza a liderança e o esforço do Presidente Amauri no sentido de levar adiante o trabalho do Conselho. Paulo Arruda relata o estudo que está sendo desenvolvido pelas chamadas “forças vivas” da região. Defendeu a posição de utilizar este trabalho como referência para o TR. Mostrou preocupação com a definição da área a ser incorporada no projeto, já que se falam de diversos números. Também se manifestou sobre o montante disponível para a realização do estudo, dizendo que R\$ 150.000,00 é pouco para realizar o estudo como deve ser feito. Com esse valor, no máximo levantamento fundiário, deixando de fora o sócio-econômico. Sugeriu esperar o final das eleições, para poder contar com as prefeituras, além da FURG, empresas, sindicatos e demais “forças vivas da sociedade”. O objetivo é encorpar a proposta para um estudo completo.

York, pede para esclarecer, que a espera de 60 dias, proposta pelo Paulo Arruda, não se trata de atrasar o andamento dos trabalhos, mas de construir um trabalho mais amplo, que no final vai significar ganho de tempo.

Marcelo, se manifestou pela conclusão da TR, e num primeiro momento trabalhar sobre o número de 11000 ha. Também, gostaria que fosse previsto, no TR, a possibilidade das universidades participar do processo, prestando serviços. Perguntou sobre quem é responsável pelo edital. Amauri informou ser o ICMBio.

Renato, enfatiza que o TR não pode ser só fundiário, e que deve ter componente sócio econômico. Também não vê antagonismo nas propostas, entretanto temos que andar, porque não é prudente esperar.

Prof. Cleber, se manifesta pela pauta do dia, ou seja, na reunião de hoje, definir o TR. Entretanto acha que a ideia de um estudo amplo, muito boa. Deveria ter sido mencionada antes.

Aroldo sugeriu o envio da Ata, para o ICMBio, e que as sugestões aprovadas, sejam incorporadas no TR, e com isto, considerar o TR pronto.

Paulo Ceser se manifestou por uma reflexão sobre o tipo de estudo a ser feito. Vários estudos já foram feitos, sem conclusões ou resultados objetivos. Reconhece que, de qualquer sorte, temos que avançar, se possível, que avance para um estudo de gestão ambiental da região.

Paulo Arruda, retoma a ideia de um estudo mais detalhado, fazendo contraponto as manifestações favoráveis a conclusão da TR na reunião de hoje.

Gianuca, faz uma avaliação sobre as manifestações já realizadas e a possibilidade de compartilhar as duas propostas existentes. Conforme seu pensamento, até a licitação e

contratação da empresa que vai realizar o estudo, o relatório mais amplo, já estará pronto e servirá como base para alguns estudos complementares.

Amauri, faz início um comentário amplo sobre as manifestações realizadas e começa dizendo estar satisfeito pelo trabalho mais amplo realizado pela comunidade. Demonstra que há efetivamente o envolvimento local. Afirmou que não se cogita mais no ICMBio, a emissão de decretos como o de 2003. Não há nenhuma possibilidade do Ministério do Meio Ambiente e ICMBio, criarem uma nova área de preservação. O foco é a área do decreto de 78, ou seja, 33.000 ha. Não existe conflitação com as áreas da Flopal e da Trevo, como área a ser efetuada.

Disse também, que quanto aos recursos para o estudo, não há qualquer dificuldade de ampliar valores para além de R\$ 150.000,00. Logo, recursos financeiros, não é fator impeditivo para se realizar um estudo consistente. Podemos (conselho) ficar tranquilos.

Paulo Arruda solicita esclarecimentos sobre, a que se refere a palavra áreas no TR. Gianuca, repetindo o já dito pelo Amauri, esclarece que, o foco, é o decreto de 78, ou seja, 33.000 ha.

Paulo Cesar, se manifesta pela objetividade. Nesta linha de raciocínio, acha desnecessário fazer um estudo, que já foi feito. Todos sabem que a área necessária a ESEC Taim é de 33.000 ha. Logo, vamos perder tempo e dinheiro.

Rafael Dias, apoiou a opinião de Paulo César, não gastar em estudos fundiários e usar os recursos para aprofundar os estudos sócios econômicos.

Marcelo, acredita que uma empresa contratada poderia ter um foco, sintetizar as informações já existentes. Seria uma forma de economizar recursos. A empresa deverá se respaldar nas universidades, que já trabalham no setor.

Renato concorda com os assuntos postos, mas acha que a discussão perdeu o rumo. O estudo precisa ser feito porque em 20 anos, ainda não foram desapropriadas áreas, comprovando que os ditos estudos, não existem.

Cleber concorda com o Renato, ou seja, realmente os estudos nunca apareceram. Neste particular, o conselho deve permanecer atento ao desenvolvimento do estudo, inclusive vinculando o cronograma de desembolso aos resultados apresentados. Libera-se recursos, com a aprovação dos estudos.

Paulo Arruda, novamente se manifesta pela postergação em 60 a 90 dias da contratação da empresa executora, primeiro devido as cheias nos campos, o que dificultará o trabalho e segundo pela busca de apoio nas prefeituras, pós eleições.

Rafael, sugeriu que o estudo deveria ser desmembrado em três partes; Primeiro produto seria o estudo fundiário. O segundo seria a questão ambiental, e por fim o que demanda mais tempo, o estudo sócio econômico. Atendendo os três itens, é possível acompanhar, de perto, o trabalho da consultoria.

Para finalizar a reunião, Amauri sugere que os conselheiros utilizem a internet para analisar, criticar e apresentarem as sugestões ao TR. Na sequência o TR será enviado ao ICMBio. O email para mensagens é:

A senha é PRESERVE.

Por fim, mesmo sem o comparecimento na reunião, do pessoal do ramo pesqueiro, que sejam mantidas estas áreas para este fim.

Às 11:55 h, a reunião foi dada por finalizada.

Luiz Sobreiro.